



Reforma Universitária

“Reforma” Universitária: Contribuição para o Debate

Grupo de trabalho do CeCAC e APG-UFRJ*

Apresentação

Há pelo menos uma década os recursos destinados às Universidades Federais vêm minguando, o que se reflete na diminuição do número de docentes efetivos, na precarização das relações trabalhistas, no aumento do número de professores substitutos e na incrível degradação das condições de trabalho e estudo nas Universidades Públicas, onde faltam materiais essenciais, verbas para capacitação dos servidores, e acumulam-se dívidas.

Neste documento procuramos levantar alguns dados sobre a situação das Universidades Federais, inserindo-os na conjuntura do país, com o objetivo de nos posicionarmos no debate sobre a “Reforma” Universitária. Além disso, ao analisarmos o discurso do Governo, buscamos separar o conteúdo puramente ideológico do conteúdo concreto, isto é, das implicações para a população, em termos de acesso, financiamento, assistência estudantil e ampliação de vagas discentes nas Universidades Públicas. Com o discurso da “inclusão” e do “privilégio”, o Governo pretende aprofundar a desobrigação do Estado com o Ensino Superior Público, atribuição constitucional, em prol da manutenção e intensificação da política econômica de juros e superávits primários elevados e, que objetivamente beneficia o capital financeiro internacional e nacional.

Para a comunidade universitária e a população, que sabem do significado e da importância da saúde, educação ou outros serviços públicos, trata-se de resistir às “reformas”, através do esclarecimento e, principalmente, da mobilização em defesa da imediata ampliação de verbas para reverter o quadro de submissão às políticas neoliberais e o efetivo direito à Educação Pública, gratuita, de qualidade e acessível a todos.

A situação das universidades federais e do ensino superior no Brasil

Atualmente, o sistema Público de Ensino Superior conta com 54 IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), além das Instituições Estaduais, somando cerca de 1 milhão de alunos¹ (o que representa cerca de 30% das matrículas do Ensino Superior no Brasil). O quadro da Evolução Docente e

Discente nas IFES² mostra que o número de estudantes e a oferta de vagas foram praticamente duplicados entre 1990 e 2002, enquanto o número de docentes efetivos das IFES foi reduzido em mais de 10% (esta redução foi suprida com a contratação de docentes temporários/substitutos, que hoje chegam a 8000, precarizando as relações e condições de trabalho). (Veja gráfico 1)

Segundo a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), entre 1995 e 2001, Universidades Públicas ampliaram os cursos noturnos em 98% e os cursos de Pós-Graduação em 158%. Em contrapartida, **perderam 77% dos investimentos e 24% do custeio de manutenção**³. Os recursos do Governo destinados à manutenção de todas as Universidades Federais caíram de R\$ 551,605 milhões em 1995 para R\$ 375 milhões em 2002, uma queda de 32% em sete anos (números atualizados pelo IGP-DI)⁴. Em 2003, o orçamento foi de R\$ 470 milhões⁵. O Forplad (Fórum Nacional de Pró-Reitores em Planejamento e Administração) concluiu que seriam necessários R\$ 685 milhões para cobrir as despesas básicas de custeio nas Universidades Federais⁶. No entanto, apesar do próprio Governo afirmar que faltam verbas para as Universidades Públicas⁶, o Orçamento da União para 2004 reduziu em 17% as verbas para o funcionamento dos cursos de graduação das Universidades Federais, em relação aos recursos investidos em 2003⁷.

Levando em consideração os outros gastos, como pessoal e contratos temporários, o orçamento caiu de R\$ 6,69 bilhões, em 1995, para R\$ 4,957 bilhões em 2001, último dado disponível na Andifes⁴. De 1995 a 1999, as Universidades Federais tiveram seus recursos reduzidos de acordo com os valores da tabela⁸. Verifica-se que em 4 anos (1995-

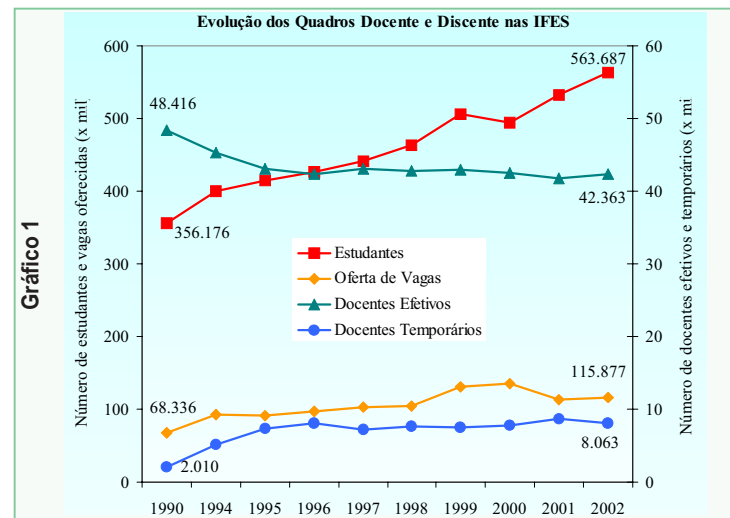


Tabela 1

Ano	Recursos destinados para as IFES (R\$)
1995	6,1 bilhões
1996	5,6 bilhões
1997	5,3 bilhões
1998	4,8 bilhões
1999	5,5 bilhões

1999) as IFES tiveram seus recursos reduzidos em R\$ 3,2 bilhões⁹, período no qual houve aumento de quase 50% na oferta de vagas. (Veja tabela 1)

Uma das formas de retirar cada vez mais recursos das Universidades (que são “garantidos” pela Constituição) é a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite fazer um corte no orçamento geral de até 20%. Essa subtração de recursos provocada pela DRU tem aumentado gradativamente,

saltando de R\$ 1,8 bilhão em 2000 para R\$ 2,7 bilhões em 2003, chegando a provocar um corte de R\$ 4,4 bilhões no orçamento da Educação de 2004¹⁰. Além disso, segundo documento enviado ao FMI em novembro de 2003, o Governo se comprometeu a estudar a desvinculação de recursos para a Saúde e Educação¹¹.

A política de corte de verbas também tem sido aplicada à Ciência e Tecnologia. Em concomitância com a redução sucessiva dos recursos, a produção científica brasileira tem crescido continuamente (de 1996 a 2002 o número de publicações científicas mais do que duplicou), e as Universidades Públicas são responsáveis por uma parte significativa destas pesquisas¹². Atualmente, o Brasil investe 0,5% de seu PIB na Universidade Pública contra 2,1% do Chile, 1,8% da Holanda, 1,1% da Inglaterra, 1,2% da Itália e 2% da Finlândia¹³.

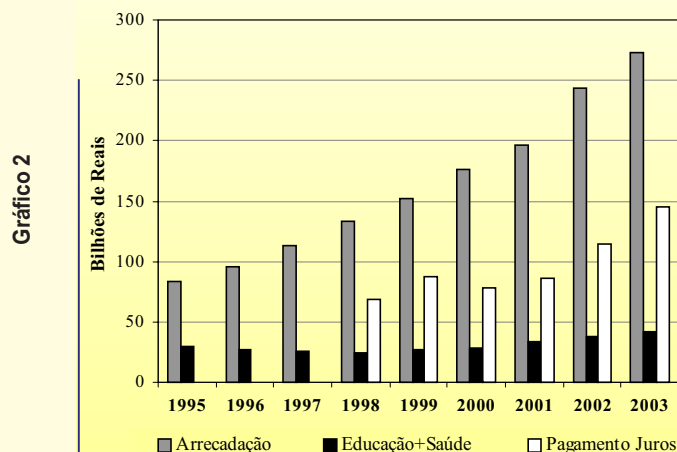
Tabela 2

Áreas selecionadas	Percentuais destinados nos primeiros 6 meses do 2004
Ministérios das Cidades (responsável pelo saneamento básico e habitação)	8,17%
Ministério da Educação (verbas para custeio)	23%
Ministério da Saúde (verbas para custeio)	37%
Ministério dos Transportes	1,5%
Ministério da Integração Nacional	1,94%
Execução orçamentária de 44 programas que o Governo diz ser prioridade	Abaixo de 1%*
Superávit primário do setor público para pagamento da dívida	100% (R\$32,6 bilhões da meta acertada com o FMI) + 40% (13,58 bilhões)* = R\$ 46,1 bilhões

*No primeiro semestre de 2004 as despesas do setor público com juros nominais foram de R\$ 61,829 bilhões¹⁸.

Reforma Universitária

Comparação da Arrecadação da Receita Federal com Despesas dos Ministérios da Educação e Saúde e com Pagamento de Juros Nominais do Setor Público (1995-2003)



Falta de verbas atinge também a UFRJ

A UFRJ fechou 2003 devendo R\$ 41,2 milhões, dos quais R\$ 22 milhões correspondem à dívida da conta de luz, iniciada em 2002. Em 2003, o orçamento da UFRJ foi de R\$ 41 milhões para a manutenção e investimento. Em 2004, aumentou para R\$ 52 milhões, o que não chega nem perto das necessidades de custeio já levantadas pela Reitoria (de pelo menos R\$ 150 milhões)¹⁴. Mesmo assim, enquanto o número de alunos sobe, o de professores cai. Há 20 anos, a UFRJ tinha 3.600 professores, hoje são 3000. Neste período, o número de alunos aumentou cerca de 20%. **Há 15 anos a Universidade dispunha de 9 bandejões espalhados pelos seus campi; hoje não há nenhum.** Segundo a Reitoria, a UFRJ precisaria de R\$ 216,3 milhões para “obras inadiáveis”, inclu-

indo prédios com risco de desabamento, bibliotecas em estado precário (como a do IFCS, que está infestada de fungos), telhados que deixam chover nos laboratórios. Como se não bastassem os problemas estruturais generalizados, em alguns cursos falta desde papel para aplicar provas até papel higiênico¹⁵. Mantida a tendência de redução dos recursos da União para custeio e investimentos com as Universidades Públicas, os recursos orçamentários provenientes do Governo Federal se limitarão, exclusivamente, a cobrir o pagamento de pessoal (e isto apenas num primeiro momento). Atualmente, 93% dos recursos orçamentários da UFRJ oriundos da União se destinam a pagar professores e funcionários. Implantou-se um sistema de asfixia orçamentária traduzida na proposta de “Reforma” como “autonomia financeira” das Universidades.

Tabela 3

Período	R\$	equivalente a...
2 MESES	32,8 bilhões	Investimento em 59 estatais previstos para 2004
Mais de 1 MÊS	15,9 bilhões	Gasto anual em Atenção Hospitalar e Ambulatorial do SUS
10 DIAS	4,7 bilhões	Verba para dobrar o número de alunos nas Universidades Públicas em 4 anos, segundo documento do Grupo de Trabalho Interministerial
10 DIAS	4,7 bilhões	Verba de 1 ano do Programa “BOLSA-FAMÍLIA”
1 SEMANA	3,5 bilhões	Verba de 1 ano do Programa “BRASIL ESCOLARIZADO”
1 DIA	441 milhões	1 ano de investimento com Habitação Popular
Mais de 1 DIA	503 milhões	Programa de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos
Menos de 1 DIA	400 milhões	Contemplar os 8000 projetos de 50 mil reais que concorreram no Edital Universal do CNPq em 2003 (cerca de 10 vezes mais do que foi implementado)
15 HORAS	350 milhões	Valor necessário para reajuste (equivalente a 80% do salário dos docentes, ou seja, mais de 100% de aumento) e ampliação das bolsas em 20%
2 HORAS	50 milhões	Emenda do orçamento que permitiu o reajuste de 18% do CNPq
1 HORA	24 milhões	Recursos para Conservação de Monumentos Históricos em 2004

Gastos sociais x pagamento de juros : a exclusão como política de Estado

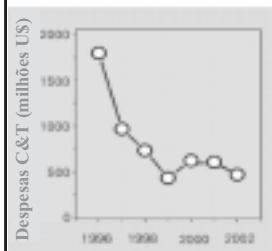
O discurso do Governo Federal afirma que os recursos destinados às áreas sociais são mais do que **suficientes**, porém mal aplicados, pois beneficiariam os mais ricos¹⁶. Logo, estaríamos diante de um problema de gestão, bastando focalizar tais recursos para atender aos mais pobres. Em outros momentos, o discurso do Governo argumenta que **faltam verbas**, que é necessário acertar as contas e ganhar credibilidade junto aos organismos internacionais, para o país poder crescer e, assim, ampliar os recursos nas diversas áreas sociais.

Deste discurso, poder-se-ia deduzir que o Governo quer tirar dos mais ricos e entregar aos mais pobres. Vejamos: os dados apontam recordes de arrecadação no Governo Lula, aprofundando o processo desencadeado nos Governos Collor e FHC. Recente levantamento realizado pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) constatou que no primeiro semestre de 2004 o país bateu recorde de arrecadação (R\$155,8 bilhões)¹⁷. União, Estados, Municípios e estatais, “economizaram” R\$ 46,1 bilhões (na verdade isso significa o que é destinado ao superávit primário, que superou em R\$ 13,5 bilhões do valor acertado com o FMI, neste ano). É o maior superávit primário (5,76%) já registrado no país desde 1991. Mas... para onde estão indo estes recursos? (Veja tabela 2)

Em 2003 não foi diferente: o Ministério da Assistência e da Promoção Social foi o que teve o maior volume de cortes em relação à dotação inicial. Dos **1411 projetos** (obras e programas) do próprio Governo Federal, previstos para 2003, **78% receberam menos da metade dos recursos e 38% não receberam nenhum centavo**. Dentro destes últimos, estão obras para contenção de enchentes, programas de expansão e melhoria do Ensino Médio, combate ao tráfico de entorpecentes e pesquisas sobre doenças sexualmente transmissíveis (incluindo a AIDS). Dos já minguados recursos no orçamento de 2003, o saneamento recebeu apenas 2,3% do previsto, a habitação somente 1,82% e o programa federal de geração de emprego e renda recebeu 4,54% dos recursos previstos¹⁹. Em 2003 o Governo investiu R\$ 6,5 bilhões²⁰, um valor muito inferior aos já poucos recursos investidos em 2002 (11,6 bilhões). E o ano de 2004 não demonstra sinais de reversão, apesar do tão propagado “suspiro de crescimento”²¹.

Enquanto em 2003 os gastos de todos os Ministérios das Áreas Sociais (Educação, Saúde, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimen-

De 1996 a 2002 verificou-se queda de 71,4% dos recursos destinados à Ciência e Tecnologia.



to Agrário, Assistência e Promoção Social, Segurança Alimentar e Combate à Fome, FUNAI e Segurança Pública) somaram apenas R\$ 48 bilhões²², no mesmo período os gastos do país com juros nominais da dívida do setor público alcançaram R\$ 145 bilhões. Como pode ser verificado no gráfico, apesar dos constantes recordes de arrecadação, os gastos nas áreas sociais não têm

acompanhado nem de longe estes aumentos²³. (Veja gráfico 2)

O FBO (Fórum Brasil do Orçamento) denuncia: “O aumento da arrecadação se deu, principalmente, através da criação ou aumento de tributos incidentes sobre o consumo, ou seja, aqueles embutidos no preço dos produtos, que oneram mais os pobres do que os ricos. A população de baixa renda, por gastar todo o seu salário em consumo, paga, proporcionalmente, mais tributos do que os ricos, que podem poupar parte de sua renda, escapando, assim, da tributação. Já os tributos incidentes sobre a renda e o patrimônio continuam respondendo pela menor parte do bolo arrecadado...”²⁴.

Ao analisarmos os dados contidos no gráfico podemos concluir que:

1. Não faltam verbas (vide recordes de arrecadação)
2. Que as despesas com juros vêm drenando os recursos que deveriam ser destinados às áreas sociais

Nos últimos cinco anos, por exemplo, para garantir o superávit primário, foram empreendidos cortes de R\$ 231,5 bilhões das verbas sociais, ao mesmo tempo em que os gastos do Governo com pagamentos de juros da dívida chegaram a R\$ 510,4 bilhões. Esta política de pagamento de juros tem sido implementada em muitos países dominados, como o Brasil. Em duas décadas, a América Latina, por exemplo, transferiu aos centros de poder econômico das nações desenvolvidas 2,5 trilhões de dólares na forma de pagamentos da dívida externa, por fugas de capital e pelo diferencial de preço a que são vendidas as matérias primas²⁵. Segundo Eric Toussaint, entre 1996-2002, as transferências de capital da região alcançaram 310 bilhões de dólares somente pelos depósitos líquidos realizados pelos grupos de poder locais nos sistemas financeiros dos países centrais; no mesmo período, os empréstimos foram de 267 bilhões de dólares²⁶. O neoliberalismo, para garantir as taxas de lucro do capital, aprofundou e consolidou a ampliação dos gastos financeiros em detrimento dos recursos destinados às áreas sociais. Vejamos no quadro o que poderia ser feito

Reforma Universitária

com o montante pago de juros da dívida brasileira²⁷. (Veja tabela 3)

Apesar de todo o discurso de “inclusão”, de “prioridade para os mais pobres”, de “democratização”, de “tirar dos ricos para dar aos pobres”, a realidade mostra que o Governo, *de fato*, está intensificando a exploração e retirando direitos dos trabalhadores, **destinando recursos que deveriam estar sendo investidos nas áreas sociais para garantir os lucros do capital, subordinando ainda mais nosso país ao imperialismo**. A Reforma da Educação Superior está inserida nesta perspectiva. **O desmonte da Universidade Pública não está beneficiando os pobres, mas sim ao capital financeiro** e os setores da burguesia de serviços (Universidades Privadas).

O Governo reclama que gasta demais com a Educação Pública Superior, no entanto, segundo dados apresentados pelo próprio documento do GTI (vide tabela a seguir), para dobrar o número de alunos nas Universidades Públicas, o Governo precisaria utilizar menos de 1% do montante destinado ao pagamento de juros da dívida pública (R\$182 bilhões) previsto para 2004²⁸. Ou então, o equivalente a 3,5 dias de pagamento de juros. Com isso, poderíamos ampliar o percentual de jovens com acesso à Universidade (hoje são apenas 9% da população com idade entre 18 e 24 anos, a **pior situação da América Latina**)²⁹ e atingir a amplas parcelas da população, com crescimento contínuo e significativo de vagas, abertura e expansão de cursos noturnos e assistência estudantil. Assim, passar a incorporar os estudantes que atualmente se vêem obrigados a sacrificar seus gastos familiares com Universidade Privada e criar as condições para garantir que o acesso ao Ensino Superior Público possa de fato ser assegurado a todos que obtenham aprovação em exame específico (e não apenas aos classificados às reduzidas vagas, como ocorre atualmente no Vestibular. (tabela 4)

Segundo documento de Selma Schons³⁰, “para ampliar de 29% atuais de matrículas públicas para, pelo menos, 60% em cursos superiores gratuitos, oferecidos pelas Universidades Federais e Estaduais (...) teríamos um acréscimo de aproximadamente 3.000.000 de matrículas na Educação Superior Pública, em 10 anos. O custo mínimo para tal expansão, a R\$ 4.000,00 por aluno-ano, seria de R\$ 12 bilhões”. Vale a pena lembrar à parlamentar que **este valor é menos de 10% dos pagamentos em juros**.

Desmistificando o gasto do governo federal com o ensino superior

O documento do Ministério da Fazenda (“Gasto Social do Governo Central”) afirma que o gasto do Governo Central com a questão social é demasiado grande e quali-

tativamente mal empregado, pois segundo seus idealizadores, beneficia os brasileiros mais ricos. No que tange à Educação e Cultura em 2002 o Governo gastou R\$ 11,2 bilhões, o equivalente a 0,8% do PIB. Sobre esta quantia, diz o Ministério da Fazenda³¹:

“70% dos recursos em educação do Governo Central são aplicados no Ensino Superior”. “Cerca de 46% dos recursos do Governo Central para o Ensino Superior beneficiam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população. Ao mesmo tempo, a expansão dos empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas permitiria ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao Ensino Superior, com custos mais reduzidos para o setor público, através do FIES (Programa de Financiamento do Ensino Superior)”.

A realidade mostra que o Governo Federal é o que menos investe em Educação e Cultura. Do total investido em Educação em todo país, os Estados e Municípios ficam responsáveis por cerca de 80%, enquanto o Governo Federal com apenas 20% (dados de 2000)³². Ainda, segundo o Art. 211 §1, 2 e 3 da Constituição Federal de 1988, o Governo Federal “financiará as instituições de ensino públicas federais”, os Municípios “atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” e os Estados “atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio”, respectivamente. É, portanto, atribuição do Governo Federal investir na Educação Superior Pública. Dos investimentos do Governo Federal em Educação, 70% (equivalente a 14% do total investido no país) é investido no Ensino Superior, sendo que desta parcela 46% (equi-

valente a 6,44% do total), refere-se ao benefício dos ditos “10% mais ricos da população” (famílias com média de 4 pessoas com renda acima de R\$ 2500,00 por mês...). Como mostrado no gráfico 4:

Como se não bastasse considerar as famílias que ganham R\$2500,00 como “ricas”, o que é uma distorção da realidade da distribuição de renda do Brasil³³, o Governo ignora dados das pesquisas, quando convém. Levantamentos do Inep e do IBGE permitem verificar que é nas Universidades Públicas que os percentuais de estudantes com renda menor são mais expressivos. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) do IBGE de 2002, 38% dos estudantes das Universidades Públicas brasileiras vêm de famílias com renda *per capita* inferior a dois salários mínimos, enquanto nas Privadas esta faixa de renda abrange apenas 24%. A situação se inverte na faixa de renda acima de 10 salários mínimos: nas Instituições Privadas se encontram 9,5% dos estudantes e nas Públicas apenas 5,4%³⁴. Na faixa abaixo de um salário mínimo, a incidência na Universidade Pública é mais que duas vezes maior do que nas Instituições Privadas. Estes dados corroboram os dados sócio-econômicos levantados nos Vestibulares das IFES, como UFRGS e UFRJ, por exemplo. Segundo a Professora Wrana Panizzi, presidente da Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, entre os estudantes mais pobres, 11,4% estão nas Universidades Públicas e 5,5%, em Instituições Privadas³⁵. Ainda segundo Wrana: “Sabemos que as parcelas mais pobres da população brasileira não têm acesso à Universidade como

não têm acesso a tantos outros bens e serviços. Daí a se concluir que somente os ricos frequentam as Universidades Públicas vai uma grande distância.” E acrescenta: “A visão de que a Educação Superior é uma espécie de privilégio que só pode ser desfrutada por alguns parece servir à elite conservadora”³⁶. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE de 2002/2003³⁷, os menores gastos com educação se encontram entre as famílias de mais baixa renda, para as quais a gratuidade do ensino garantida pelo Estado é fundamental. Além disso, as Universidades Públicas atendem de diversas formas às populações de mais baixa renda: Hospitais Universitários, que dão assistência médico-odontológica, programas de extensão para aperfeiçoamento de docentes de Primeiro e Segundo Graus, Colégios de Aplicação, pesquisas que favorecem à população mais pobre, laboratórios e instalações abertas à comunidade. A UFMA, por exemplo, tem orçamento de R\$ 135 milhões e nove mil estudantes, quatro doutorados, seis mestrados, um hospital universitário que atende a toda a população carente do Estado³⁸. Estes programas e ações, que foram conquistados ao longo de anos de luta e que deveriam ser ampliados, são os mais prejudicados com os cortes de verbas, sob a alegação de que as Universidades Públicas favorecem aos mais ricos...

Sucateamento da universidade pública e expansão do ensino superior privado: neoliberalismo promove elitismo, exclusão, e rebaixa a qualidade do ensino

Também é importante ressaltar que a política que tem provocado a deterioração das condições do Ensino Público, cortando verbas, restringindo o acesso e impedindo a permanência de muitos estudantes na Universidade, é a mesma que incentiva a expansão do Ensino Superior Privado, levando ao sacrifício boa parte das famílias que são constrangidas ao pagamento de altas mensalidades³⁹. O Governo desmonta o Ensino Superior Público, impedindo-o de absorver a demanda de estudantes provenientes do Ensino Médio, mascara os verdadeiros motivos que geram o desemprego e coloca a questão da qualificação da mão-de-obra como principal motivo, e assim, estimula a procura por cursos superiores nas Instituições Privadas.

Nos últimos 15 anos verificou-se o crescimento vertiginoso das Universidades Privadas e fechamento de Universidades Públicas, chegando a haver 88,1% das instituições e 70% das matrículas no sistema privado. Atualmente, temos 3.482.069 estudantes na graduação: 2.428 mil no setor privado e 1.053 mil no setor público. Em rela-

Tabela 4

Proposta do GTI	Custo total
Contratação de 25.785 professores (trocar os 8.886 substitutos por professores mestres, assistente I, com dedicação exclusiva e Auxiliares por 40 horas = R\$ 193 milhões anuais. Se os demais 16.899 fossem contratados pela média dos salários dos professores Adjunto e Assistente com dedicação exclusiva = R\$ 640 milhões anuais)	Total para contratação de 25.785 professores = R\$ 883 milhões, mas a substituição ofereceria uma redução de cerca de R\$ 100 milhões. Total = R\$ 733 milhões
Contratar aposentados e recém-doutores. Financiamento de bolsa de aproveitamento a 700 doutores = R\$ 25,2 milhões	R\$ 61,2 milhões
Incorporar 1.000 professores aposentados ao ano = R\$ 36 milhões	2004 = R\$ 759 milhões 2005 = R\$ 834 milhões 2006 = R\$ 918.390 milhões 2007 = R\$ 1.010.229 bilhão
Manutenção por ano (previsão)	Equipamentos = R\$ 241 milhões Construção = R\$ 100 milhões
Investimentos	Recursos adicionais = R\$ 195 milhões Gastos anuais = R\$ 295,8 milhões
Aumentar em 20% o número de bolsistas e elevar de 20% o valor das bolsas	Aproximadamente 2004= R\$ 982 milhões 2007= R\$ 1.797 bilhão
CUSTO FINANCEIRO PARA ENFRENTAR A EMERGÊNCIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E DOBRAR O NÚMERO DE ALUNOS	



Reforma Universitária

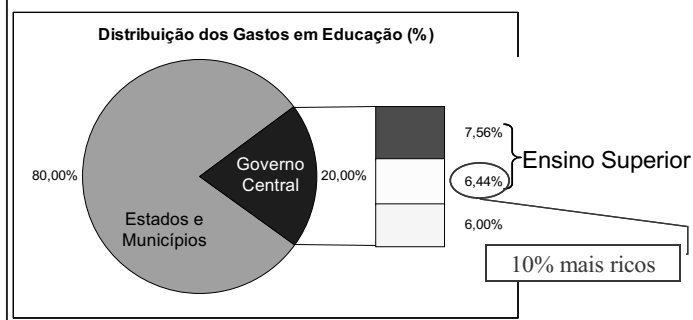
ção a 1994, embora o número de alunos no setor público tenha quase dobrado (mesmo com os sucessivos cortes de verbas), no setor privado este número triplicou⁴⁰. Desde 1991, a cada ano tivemos mais de duas Universidades Públicas fechadas. Isso significa que em 11 anos (1991-2002) 27 Universidades Federais e Estaduais foram fechadas. No mesmo período, a cada ano 70 instituições privadas foram abertas (em 1991 eram 671; em 2002, 1.442)⁴¹. De 1995 a 2001, o número de Instituições Privadas cresceu 42%⁴². (Veja tabela 5)

Imaginemos uma inversão de prioridades: se os R\$ 2 bilhões referentes à anistia do crédito educativo e à renúncia fiscal e filantrópica das Universidades Privadas⁴³ (muitas com ensino precarizado e em situação totalmente ilegal, como diz o próprio Ministro Tarso Genro)⁴⁴ fossem utilizados para abrir vagas nas Públicas, poderiam ser abertas 200 mil novas vagas (usando o "custo" de um estudante calculado pelo Tribunal de Contas da União em R\$ 9.500⁴⁵). Ou seja, com esta verba, 70% da meta do Governo de abrir 300 mil vagas no Ensino Superior até 2007 poderia ser cumprida⁴⁶. O FIES (Programa de Financiamento do Ensino Superior), cujas verbas foram aumentadas em 23% pelo Governo Lula para 2003, passando de R\$ 673,8 milhões para R\$ 829,2 milhões (este programa já consumiu mais de R\$ 2 bilhões desde sua criação no segundo semestre de 1999⁴⁰), recebeu mais do que as verbas destinadas para manutenção das 54 IFES em 2003 (R\$ 551 milhões). E, segundo o próprio Governo, o FIES não atinge as parcelas mais pobres da população, uma vez que apenas 4% dos beneficiados do programa têm renda familiar abaixo de três salários mínimos (mas estes compõem o maior contingente de inscritos - 50% do total), pois afinal o programa "...não deixará de ser um financiamento bancário, com todas as exigências de fiadores, garantias e comprovações de renda"⁴⁷. Está claro que nem todos terão acesso ao FIES...

O que o governo propõe? O programa universidade para todos (Prouni)

Para "democratizar" o acesso ao Ensino Superior, o Governo atual não pretende ampliar as vagas nas Universidades Públicas, mas subsidiar aos donos das Universidades Privadas 100 mil vagas em um ano, sob o

Gráfico 4



argumento de que não há capacidade no setor Público!⁴⁸ Simultaneamente, o Governo afirma estar "empenhado na valorização do Ensino Público, no fortalecimento das Universidades Federais...". Assim, considera-se "inserido nesse esforço de mudança de rumos...". E apresenta como justificativa para o subsídio das vagas nas Universidades Privadas que "na Universidade Pública a ociosidade é mínima"⁴⁹. De fato, o que significa a "democratização" através do subsídio de vagas no Ensino Superior Privado, proposta pelo Governo (com o bonito nome de "Universidade para Todos")? O Governo sufoca e desmonta a Universidade Pública e depois alega que não é possível expandir o número de vagas. Efetiva-se, deste modo, mais uma forma de transferência de recursos do setor público para o privado, deixando-se de investir nas Instituições Públicas para se investir nas Universidades Privadas. E mais, com a alegação de fornecer maior autonomia às Universidades Públicas (outra meta da proposta de Reforma Universitária), o Governo procura se eximir da responsabilidade de financiá-las e as impele a buscar seus próprios recursos.

Reforma da educação superior e desenvolvimento da nação

No último documento do MEC sobre a Reforma da Educação Superior⁵⁰, o Governo afirma que a missão das IES deve ser voltada ao desenvolvimento da nação, esta seria a questão norteadora da reforma proposta:

"Esta ampla missão da IES está articulada com o projeto de uma nação livre e soberana, (...). Mais do que nunca, portanto, torna-se necessário reafirmar os vínculos da Educação Superior com o destino da nação e de seu povo".

Que tipo de desenvolvimento o Governo proclama?

O Governo Lula registrou o maior gasto com juros desde a implementação do Real, em 1994. Em 2003, as despesas com juros somaram 145,2 bilhões⁵¹ e este ano (2004) a previsão é que pagaremos R\$ 182 bilhões⁵². Reinaldo Gonçalves, professor de economia da UFRJ, em recente estudo sobre a relação entre os juros e os salários no Brasil no período de 1983 a 2003, aponta o Governo Lula como o responsável pela maior transferência de renda dos trabalhadores para os rentistas (diga-se agiotas) desde o Governo Figueiredo⁵³.

O que verificamos ao longo de nosso estudo é que o Governo atual, além de não ter rompido com a política anterior, aprofundada. Para os países dominados e para seus povos, isso significa maior subordinação e maior exploração. O Governo tem colocado todos os seus esforços para garantir o pagamento dos juros da dívida pública e garantir os ganhos exorbitantes do capital. A reestruturação do Estado está vinculada a esta política, e as reformas em curso fazem parte desta perspectiva.

Ao mesmo tempo em que legitima o desmonte da Universidade Pública, o Governo coloca a "Reforma da Educação Superior como central e estratégica para o desenvolvimento da nação". Disto, e de todas as consequências da atual política econômica e social, só podemos concluir que desenvolver, para este Governo assim como para os anteriores, significa inserir o país de forma cada vez mais subordinada na economia mundial, zelando pelos grandes capitais, às custas da miséria, da exploração e da opressão da maioria do povo.

É imprescindível, portanto, desmistificar as afirmações apresentadas pelo Governo e as eternas alegações de falta de verbas, quando de fato o dinheiro existe mas está sendo desviado para outros fins e servindo a outros interesses. Para resistirmos às propostas apresentadas, é necessário conhecer e entender os seus fundamentos, para termos subsídios ao criticá-las. Com os dados que apresentamos aqui, demonstramos que exis-

tem alternativas; se desejarmos que elas sejam implementadas, é fundamental a mobilização dos estudantes, docentes e técnicos-administrativos, reivindicando a melhoria das condições de trabalho e estudo, assim como a mobilização do povo. Só assim, por intermédio da organização e ampliação da luta, a partir das necessidades concretas, podemos amadurecer o debate sobre a Universidade que queremos, que sirva à maioria da população e esteja vinculada a um projeto de país soberano.

Nossa proposta é simples: ampliação de vagas e verbas nas Universidades Públicas!!! Assistência estudantil, bolsas e cursos noturnos para evitar evasão e garantir que os alunos permaneçam na Universidade. A melhor forma de garantir a inclusão no Ensino Superior é aumentar de imediato vagas nas Públicas, ofertando cursos noturnos (segundo o INEP/MEC, 300mil vagas em cursos noturnos poderiam ser criadas com a atual estrutura e abrindo concursos para docentes⁵⁴), assistência, bolsas, auxílio-trabalho e melhorando o Ensino Médio (o que não recebeu NENHUM centavo em 2003). **Se 3% do valor de juros destinado à agiotagem⁵⁵ (equivalente apenas a cerca de 10 dias de pagamento) fosse direcionado à Educação Superior, poderia ser dobrado o número de alunos nas Universidades Públicas.** Aliado à ampliação de vagas, é importante continuar e intensificar a luta pela melhoria das condições de trabalho em cada Universidade, de forma a reverter o descaço com que o Ensino Público tem sido tratado.

Entendemos que resistir à proposta do Governo é avançar na conquista dos direitos para a maioria dos estudantes (que já estão nas Universidades e dos que desejam entrar); é organizar a luta e ampliá-la, a partir das manifestações concretas da política do Governo; e, neste processo, avançar no debate, aprofundando a luta pela conquista da Universidade que queremos, da Universidade que sirva à maioria do povo. E, no nosso entendimento, esta Universidade está vinculada a um projeto popular para o Brasil.

¹ "Sinopses Estatísticas da Educação Superior", Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, INEP/MEC, 2002.

² "Reforma Universitária: projeto do governo", Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) - MEC, MCT, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, criado por Decreto de 20/10/03.

³ "Autonomia universitária é passo adiante, diz Belluzzo", Universiabrasil.net, 09/03/04.

⁴ "Redução de repasse abre crise em federais", Folha de São Paulo, 14/11/03.

⁵ "Situação das federais se agrava com novo orçamento", Universiabrasil.net, 10/01/03.

⁶ Segundo documentos "Reforma

Tabela 5

Ano	1985		2001	
Tipo de instituição	Pública	Privada	Pública	Privada
Número de instituições	233	626	183	1208
Número de docentes	64 mil	49 mil	90 mil	129 mil
Número de estudantes	556 mil	810 mil	939 mil	2,09 milhões



Reforma Universitária

Universitária: projeto do governo, Grupo de Trabalho Interministerial - MEC, MCT, Fazenda, Planejamento e Casa Civil da gestão de Cristovam Buarque de janeiro de 2004 e "Princípios e diretrizes gerais da Reforma da Educação Superior", apontados por Tarso Genro em junho de 2004.

⁷ Paulo César Marques, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília - ADUnB. "Professor denuncia falta de verba e privatização", *Universiabrasil.net*, 28/11/03.

⁸ Jornal do Plebiscito do Provão, Fórum de Executivas, 2002.

⁹ Este valor foi obtido pela soma das perdas anuais, todas calculadas em relação ao ano de 1995.

¹⁰ Segundo a Constituição, 18% dos impostos federais deveriam ser investidos na Educação. No entanto, com a criação da DRU, em 1994, obteve-se mais um mecanismo de desvio de recursos para gerar superávit primário. Hoje, o MEC recebe somente 9,8% ao invés dos 18% que deveria receber. "Ensino recebe menos do que prevê constituição", *Universiabrasil.net*, 11/06/04.

¹¹ Documento enviado ao FMI pelo Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, Brasília, 21/11/03.

¹² De Meis e colaboradores, *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 2003.

¹³ "Reforma Universitária", Osvaldo Coggiola, 2004.

¹⁴ "Andifes não pode se tomar uma agência regulatória", entrevista com Prof. Aloísio Teixeira (Reitor da UFRJ), *Jornal da Adufrj*, 03/08/04.

¹⁵ "Prédios da UFRJ podem desabar", *Folha Online*, 14/11/03; "Falta de manutenção e de verbas ameaça UFRJ", *Folha Dirigida*, 10/12/03.

¹⁶ "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda, Brasília, novembro de 2003.

¹⁷ "Carga Tributária Brasileira - Primeiro Semestre de 2004", Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário; "Carga tributária sobe em 2003 e atinge 35,68% do PIB", *Folha Online*, 09/06/04; "Arrecadação bate novo recorde após crescimento de 40,8% na receita da Cofins", *Folha Online*, 21/06/04; "Arrecadação de impostos bate recorde no primeiro semestre", *Folha Online*, 20/07/04.

¹⁸ "Governo só investe 4,46% do orçamento", *Folha de São Paulo*, 05/06/04; "Superávit primário supera meta do FMI em R\$ 13,6 bilhões", *Folha Online*, 30/07/04; "Governo promove aperto fiscal recorde", *Folha Online*, 31/07/04.

Em agosto, o Governo aumentou novamente a meta de superávit primário para 4,5% do PIB. Nos primeiros 8 meses de 2004, o superávit atingiu o valor de R\$ 63,7 bilhões. **Somente no mês de agosto**

o superávit atingiu R\$ 10,9 bilhões, equivalentes à verba de 2 anos para manutenção das IFES. "Setor público acumula superávit primário de 5,8% do PIB até agosto", *Folha Online*, 24/09/04.

¹⁹ "Primeiro ano do Governo Lula: reprise ou ensaio geral?", Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, fevereiro de 2004; "Lula fez menos investimentos e pagou mais dívida que FHC, Petista investiu R\$ 1,8 bi, enquanto o tucano, R\$ 11,6 bi", *Folha de São Paulo*, 01/03/04; "Eles não sabem dizer coisa certa", César Benjamin, março de 2004.

²⁰ "Arrocho derruba investimento público. Total de gastos recuou de R\$ 14,6 bilhões em 2001 para R\$ 6,5 bilhões em 2003", *Folha de São Paulo*, 19/08/04.

²¹ "Aprofunda-se a dominação imperialista no Brasil. Há crescimento econômico? Em que setores? É sustentável? Que classes ou frações de classes ganham com o 'crescimento'?", *Boletim do CeCAC*, Ago-Set 2004.

²² "Primeiro ano do Governo Lula: reprise ou ensaio geral?", *Orçamento*, Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, fevereiro de 2004.

²³ Arrecadação da Receita Federal - Dados de 1995-2002: "Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde", Organização Pan-Americana da Saúde/Opas/OMS, Brasília, 2003; "Arrecadação da Receita Administrada pela SRF" - Período 1985 a 2002. Dados de 2003: "Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Dezembro de 2003", Receita Federal, Coordenação-Geral de Política Tributária, Brasília, janeiro de 2004. Despesas Federais com Educação e Saúde - Dados de 1995-2000: "Evolução dos Gastos Sociais Federais no Período 1992/2000", CONORF - Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Nota técnica nº. 52/2001, 18/09/01. Dados de 2001 e 2002: "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda, Brasília, novembro de 2003. Dados de 2003: "Primeiro ano do Governo Lula: reprise ou ensaio geral?", *Orçamento*, Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, fevereiro de 2004. Dados de Pagamento de Juros 1998-2003: "Resultado Primário, Juros Nominais e Resultado Nominal de 1998 a 2003 - Governo Central, Estatais Federais e Governos Regionais", Ministério do Planejamento; "Desigualdade de Renda e Gastos Sociais no Brasil: Algumas Evidências para o Debate", Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, novembro de 2003; "Superávit primário é maior que o acertado com o FMI", Agência Estado, 30/01/04.

²⁴ "Superávit Primário", Cadernos para Discussão, Fórum Brasil do Orçamento (FBO), agosto de 2004.

²⁵ "Reforma Universitária do Governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais", Roberto Leher, 2004.

²⁶ Seminário Internacional sobre Imperialismo, Mundialização e Desenvolvimento, organizado pelo Centro de Investigações Interdisciplinares e pelo Instituto de Investigações Econômicas da UNAN, 23 a 28/11/03.

²⁷ Este quadro foi computado anualizando-se o montante de juros da dívida previstos para pagamento em 2004 (R\$ 182 bilhões) e dividindo-se pelos períodos apresentados (horas, dias e meses). Esta forma de equivalência é uma abstração, pois várias são as formas de repasse desse montante, mas serve como boa base de comparação do absurdo valor que hoje é retirado do país para pagamento de juros em detrimento aos investimentos que poderiam servir à população e à melhoria da infra-estrutura do país. *Jornal da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ*, abril de 2004.

²⁸ "Orçamento de 2004 será mais apertado que o de 2003", *Boletim Agência Carta Maior*, 31/12/03.

²⁹ Paulo Speller (Reitor da UFMT). Pronunciamento na 60a Reunião Extraordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, 03 e 04/05/04, Gramado, RS.

³⁰ PEC - 217/2003, autoria de Selma Schons (PT/PR), 11/12/03; "Proposta prevê contribuição de ex-alunos de universidades públicas", *Universiabrasil.net*, 17/12/03.

³¹ "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda, Brasília, novembro de 2003.

³² "Desigualdade de Renda e Gastos Sociais no Brasil: Algumas Evidências para o Debate", Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, novembro de 2003.

³³ Dados dos Censos de 1980 e 2000 e da Pnad apresentados no livro "Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil", coordenado por Marcio Pochmann, Cortez Editora. "Ricos crescem e concentram mais renda", *Folha de São Paulo*, 02/04/04.

³⁴ "Universidade pública - o mito do elitismo", Carlos Henrique de Brito Cruz (Reitor da Unicamp), O Estado de São Paulo, 18/01/04.

³⁵ "Universidade consome recurso da educação", O Globo, 24/11/03.

³⁶ "Andifes classifica como 'mito' a afirmação de que os brasileiros mais ricos monopolizam o acesso à universidade pública", Agência Estado, 25/11/04.

³⁷ "Novo Perfil dos Orçamentos Familiares", Laura Tavares; "Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003", IBGE, 2004.

³⁸ "Reforma Universitária", Osvaldo Coggiola, 2004.

³⁹ Conforme a Revista Exame, de abril de 2002, o Ensino Privado movimentou cerca

de R\$ 90 bilhões de reais por ano.

⁴⁰ "Reforma Universitária", Osvaldo Coggiola, 2004.

⁴¹ "Em 11 anos, 27 Universidades a menos", O Globo, 14/12/03.

⁴² De Meis e colaboradores, *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 2003.

⁴³ "Filantrópica ganha R\$ 839,7 mi de incentivo. Valor, que deixa de ser arrecadado e era mantido em sigilo pelo governo, duplicaria matrículas nas universidades federais", *Folha de São Paulo*, 12/04/04; "Reforma Universitária", Osvaldo Coggiola, 2004.

⁴⁴ Sabe-se que 83,3% das Universidades Privadas não cumprem as exigências da LDB, em relação à titulação e regime de trabalho do corpo docente e em relação à pesquisa.

⁴⁵ A UnB questiona os cálculos do TCU: o custo anual de um aluno na instituição, em média, foi de R\$ 5.737 em 2003 (40% menor que o valor do TCU), incluídos os estudantes de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e residência. "UnB discorda do TCU sobre custo de aluno na universidade", *Folha Online*, 01/04/04.

⁴⁶ Meta proposta no documento "Reforma Universitária: projeto do governo", Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

⁴⁷ "Universidade XXI", Ano I, Número 2, Brasília, novembro de 2003.

⁴⁸ Projeto "Universidade para Todos", Ministério da Educação, Ministro Tarso Genro, 2004.

⁴⁹ "Na Universidade Pública a ociosidade é mínima", Tarso Genro, *Folha de São Paulo*, 18/02/04.

⁵⁰ "Reforma da Educação Superior - reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma do Ensino Superior" - Documento II, MEC, Brasília, 02/08/2004.

⁵¹ "Despesas com juros", O Globo, Economia, 31/01/04; "Superávit primário é maior que o acertado com o FMI", Agência Estado, 30/01/04.

⁵² "Orçamento de 2004 será mais apertado que o de 2003", *Boletim Agência Carta Maior*, 31/12/03.

⁵³ Entrevista publicada no *Correio da Cidadania*, 20/05/04.

⁵⁴ "Universidade pública tem estrutura para 300 mil novas vagas", *Folha Online*, 05/04/04.

⁵⁵ Segundo o Dicionário Aurélio, agiotagem é: 1. Especulação sobre fundos, câmbios ou mercadorias, com o fim de obter lucros exagerados; usura. 2. Lucro resultante dessa especulação. 3. Empréstimo de dinheiro a juros exorbitantes.

Grupo de trabalho do CeCAC (Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho - cecac@terra.com.br) sobre Reforma Universitária (integrado por estudantes da UFRJ) e APG-UFRJ (Associação de Pós-Graduandos da UFRJ - appg@if.ufrj.br)